
COMENTARIOS BIBLIOGRÁFICOS / BIBLIOGRAPHIC COMMENTARIES



**Recensão a “El Contador Mayor de la Catedral”
Novela histórica de J. Julián Hernández Borreguero.
Editorial Almuzara, Córdoba, Espanha, Novembro de 2023**

Carlos Ferraz

Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (APOTEC). Portugal
c_ferraz@outlook.pt

1. Introdução

Não se surpreenda, caro leitor, por encontrar aqui uma recensão a um romance histórico. Vamos falar, esteja certo, de História da Contabilidade, ainda que, desta vez, o suporte seja um pouco distinto.

Note que a personagem do romance – Juan Bautista Herrera – é real: existiu mesmo! E está inserida na tese de doutoramento do autor, de 2003: “*El Cabildo Catedral de Sevilla: organización y sistema contable (1625-1650)*”. Dito de outro modo, o autor há mais de 20 anos que anda a “conviver” com a personagem e o ambiente em que esta viveu. Conhece-a bem!

Como disse uma escritora portuguesa: “O romance histórico, quando é feito com seriedade, tem o valor de conseguir dar vida à história e a personagens, que de outra forma muitas pessoas não teriam acesso.”¹ Claro que é um romance, tem ficção. Mas, caro Leitor, o autor teve o cuidado de lhe mostrar os factos históricos e o que resulta da sua imaginação no final do livro, nas “Notas del Autor”.

Não vamos fazer aqui a crítica literária, pois para isso não temos pergaminhos, nem esta publicação seria a mais adequada. Iremos focar-nos no livro, na Contabilidade e no seu ambiente, nesta época histórica (1640-1689). Porém, sempre lhe diremos que, partindo da formação de um contabilista – coisa rara na época – vindo de terra singela e de gente simples, consegue um lugar modesto (habilitou-se a outro, mas a corrupção é intemporal...) e, por acaso

¹ Maria João Fialho Gouveia, “Tempos Livres”, Fundação INATEL, NOV/DEZ/2024, pág. 7

da sorte, ascende a um alto lugar, que lhe proporciona uma boa e tranquila vida. Honrado, honesto, meticoloso, responsável mete-se em trabalhos que hoje diríamos de auditoria e, indício a indício, vai descobrindo uma larga teia que o põe em risco. A partir daí, a ação acelera como num policial: sociedades secretas, raptos, mortes, dilemas, alta política, fugas, paixões! E agarra o leitor de tal forma que este acelera a leitura para descobrir o inimaginável fim!

A técnica é curiosa. Quem “escreve” o livro é o neto do personagem principal, baseado nas histórias do avô que o seu pai lhe tinha contado. E, no início de cada capítulo, há um sempre uma nota prévia, que, bastantes vezes é um “documento” escrito à moda da época em que é datado, que nos vai situando no espaço e no tempo.

2. A época histórica (1640-1689)

Em 1640 reinava em Espanha Filipe IV (III de Portugal), aquele que tinha “um Império onde o Sol nunca se punha”. Porém, quem mandava era o seu ministro, o Conde-Duque de Olivares que dizia ao Rei: “Pelo número dos reinos e dos domínios, Vossa Majestade é o maior rei da terra...é o principal apoio e sustentação da religião católica... E a principal obrigação de Vossa Majestade é defender-se tomando a ofensiva contra eles.” “Vossa Majestade não deve contentar-se em ser rei de Portugal, de Aragão, conde de Barcelona...deve trabalhar em alargar a esses reinos a maneira e as leis de Castela...”.

Olivares quer então que a Catalunha participe na guerra franco-espanhola na mesma proporção dos castelhanos. Esta guerra está ligada à guerra dos trinta anos e à guerra dos oitenta anos (Revolta holandesa). Como se infere, a situação da Europa era de complexas Guerras. Para a guerra é preciso dinheiro, muito dinheiro! Como não o havia, sobrecarregava-se o povo com impostos.

Por sua vez, os catalães tinham os seus “*fueros*”, jurados pelos reis, que lhe davam garantias de autonomia e, em 1640, revoltaram-se. Castela dá então instruções aos fidalgos portugueses para formarem um exército para ajudar a combater na Catalunha. Estes, porém, pensaram que se tinham de ir para a guerra, o melhor era fazerem a sua e revoltaram-se também, proclamando a sua independência, até porque, tal como os *fueros* dos catalães, tinham as deliberações das Cortes de Tomar de 1581, que Madrid não estava a cumprir.

No meio e perante as dificuldades espanholas, terá havido sonhos de independência também na Andaluzia e quando Olivares dá instruções ao Duque de Medina-Sidónia e ao Marquês de Ayamonte para combater os portugueses, os mesmos foram poucos diligentes. Descoberta a tramoia, o plano foi abortado. O Duque era irmão da proclamada rainha portuguesa Luísa de Gusmão (Guzmán) – uma andaluza de Huelva - casada com o português Duque de Bragança, agora rei D. João IV. Conta-se que, quando este estava indeciso em aderir à Revolta, D. Luísa terá dito “mais vale ser rainha por um dia do que Duquesa toda a vida!”. Brio de portuguesa ou reminiscências andaluzas?

Sevilha desenvolveu-se imenso no Século XVI, com o intenso movimento que o seu porto, no rio Guadalquivir, que a banha, passou a ter com as navegações e comércio com as colónias. Passou a ser o “Puerto de Indias” e a cidade um importante mercado da Europa. Nesse século foram construídas ou remodelados a Catedral, a Casa de la Contratación de Indias, o

Ayuntamiento, a Real Audiencia de los Grados, Casa de la Moneda, “La Giralda”, etc., assim como a Universidade e a primeira imprensa do reino de Castela. A sua Catedral é a maior catedral gótica do mundo!

3. A contabilidade em Espanha no século XVII

A Espanha tem antigas e notórias marcas na História da Contabilidade: desde as obras de Diego de Castillo (1522), de Gaspar de Texeda (1546) e de Antich Rocha (1564). A primeira metade do Século XVII, onde nos situamos, viu outra obra (literalmente grande), em 1613, de Gabriel Pérez del Barrio Angulo, “*Dirección de Secretarios de señores*”), cujo sexto livro é “*Compendio en acrescentar estado y hazienda, tocante ao oficio de Contador, para Advertimento del Secretario del señor*”, no qual se descreve “*el amplio e importante concepto que alberga la profesión de contador*”².

Para além das obras publicadas, há as práticas, que tão antigas são: as dos condes catalães de 1151 a 1213; as do Reino de Navarra de 1259 a 1325; de Maiorca do Século XIV, de empresas e bancos de Barcelona, do mesmo Século.

Estes textos e estas práticas referem-se a registos que não são por partidas dobradas. Estas, em termos de obras publicadas, são tratadas na obra de Bartolomé Salvador de Solórzano, de 1590, “*Libro de Caxa y Manual de cuentas de Mercaderes*”, “*el primer tratado sobre contabilidad por partida doble escrito y publicado por un español*” (Hernández Esteve, *op. cit.*, 2013, p. 326) ...*que constituye una das contribuciones más notables aparecidas en todo en siglo XVI, por su amplitud, coherencia y perfección con que trata la materia*” (*op. cit.*, 2013, p. 311).

Esta obra não apareceu sem que antes tivesse havido casos práticos com a mesma técnica, pelo menos desde 1536, data do razão de Gregorio Guerra, de Burgos. Aliás, a prática estava suficientemente fundamentada para que as pragmáticas de Cigales (1549) e de Madrid (1552) determinassem que todos os mercadores e banqueiros, nacionais e estrangeiros, residentes nos reinos de Espanha, tivessem de ter livros de contas escriturados em partidas dobradas, a primeira legislação conhecida neste sentido.

Por sua vez e para a Administração pública, em 1556, Filipe II (de Espanha) manda ao seu recém-nomeado “*Contador de la Factoria de los Reinos de España*” uma Instrução sobre como exercer o ofício de Contador, que inclui a disposição de “*tener libro de caja y manual*” (*op. cit.*, 2013, p. 210), o que, na época, significava partidas dobradas.

Hernández Estebe assinala a importância da contabilidade como instrumento ao serviço do governo das nações e considera que o mais notável do imenso Império espanhol da altura foi a “*formidable organización política, gubernativa, judicial, haciendística y administrativa..., que tuvo que ser montada totalmente ex novo...*” (*op. cit.*, 2013, p. 244).

² Esteban Hernández Esteve, “*Aproximación al estudio del pensamiento contable español*”, AECA, Madrid, 2013, pág. 133.

Mas, tendo em conta que Sevilha nos interessa particularmente, diga-se que a *Casa de Contratación*, aí localizada, usava, em 1555, uma contabilidade auxiliar por partidas dobradas (ainda que a oficial fosse por Cargo e Data) e que o seu *Ayuntamiento* também o passou a fazer em 1570. Sobre a sua Catedral Hernández Esteve dedica as páginas 365-366 da sua obra “*Aproximación...*” a Hernández Borreguero, autor do romance, citando as suas várias obras dedicadas à Diocese de Sevilha, nomeadamente “*El método de la caja entera de Juan Bautista Herrera (1628): una visión peculiar de la partida doble*”. Em termos de contabilidade eclesiástica, é seguro que a Catedral de Toledo já usava partidas dobradas em 1535 (*op. cit.*, 2013, p. 364).

4. O livro e a contabilidade

Assim sinteticamente situados quanto ao panorama contabilístico espanhol nos meados do Século XVII, vamos ao livro ver o que ele diz em concreto sobre contabilidade. Uma grande catedral, pressupõe um vasto património para a sustentar e um Cabido para gerir o mesmo. O Cabido da Catedral de Sevilha tinha nada menos de 65 capitulares (pág. 79).

“*Las dignidades del Cabido son el deán, el chantre, el tesorero, el maestrescuela e los arcedianos. Las canonjías de oficio son quatro: el magistral, el doctoral y el penitenciario*” (pág. 69).

Por um edital começa o nosso romance: recrutamento para o “*oficio de apuntar por cuenta y razón*” (pág. 13). Esta a expressão usada na altura para significar registos contabilísticos. Vejamos como, no livro, se encara a contabilidade em geral. “*El fin de cualquier comerciante es el de conseguir una ganancia lícita y suficiente para atender su sustento. Por eso, deberá comenzar siempre sus actividades en el nombre de Dios nuestro Señor, cuyo santo nombre tendrá constantemente en la mente y hará constar al inicio de todos los libros.*” (pág.161). Aqui lembramo-nos da influência da Igreja nesses tempos e, também, das recomendações de Luca Pacioli.

E, a propósito da influência da Igreja “*La usura está prohibida por la Iglesia de Dios, pues con ya dijo nuestro Señor Jesucristo “vosotros amad a vuestro enemigos, haced bien y prestad sin esperar nada a cambio*”. (pág. 90). A contra-reforma do Concílio de Trento, reforçou S. Tomás de Aquino e afastava ainda mais os católicos dos pragmáticos protestantes que não tinham tais pruridos ou conceções.

A velha questão de saber o que é a Contabilidade “*si las cuentas son un arte o una ciencia...*” (pág. 40). *Las cuentas son números y los números son exactos.... Pero eso es la aritmética. Las cuentas son algo más que los números*” (pág. 41). O prestígio, a elevação das partidas dobradas. “*El método del libro de caja con su manual. ... El método más completo y difícil que había inventado el hombre*” (pág. 19). No seu segundo posto de trabalho (*Contador Mayor*), Juan Herrera tem um aprendiz, pois o ofício aprendia-se lendo e fazendo. Eis o que lhe ensinava (pág. 133):

“*arte de llevar por cuenta y razón...porque es un arte que se aprende y se practica de manera diferente por cada contador...porque os libros de cuentas registran las cuentas, las entradas, salidas y saldos*”. Libros que “*reflejan al detalle la razón de por qué se registra una operación*”.

A la izquierda se anota lo que es a favor de la hacienda que se administra, en lo que se llama “debe”. (pág. 134).

“Qué raro, “debe suena a “deber”, a un obligación.”

Y a la derecha se escribe el “há de haber” que son las salidas por obligaciones.

“debe por dinero recebido de Fulano” “há de haver por el pago hecho a Fulano”

El debe y el há de haver representan las dos visiones de la vida: lo infinito face a lo finito, el alma frente al cuerpo, la imagen frente a la realidad, lo divino frente a lo humano, el bien frente al mal” (pág. 134)

“Para sumar en los libros de cuentas se ponen alineados los números com los se su género. Los dieces se juntan com otros dieces, igual a los cientos. Ahora se pone esta figura, U, para los miles. En lo castellano se usan números romanos y no la cuenta de guarismos. Los extranjeros usan en los libros las partidas en guarismo y castellano poniendo hasta la figura de millar en castellano y de allí en dellante en guarismo”. (pág. 145).

Porque para escrever números “los números romanos son más seguros”, ensinou-lhe a “cuenta castellana”: “una manera de numerar usando lo mejor de las cifras romanas y de las arábigas: usar el quento y el calderón.

- El Calderón?

- Sí, un simbolo para los millares. Si pretende anotar 1 quento doscientos treinta y cuatro mil quinientos sessenta y sete maravedies se anota así: I q CCXXXIV U DLXVII...” (pág. 146-7).

De facto, só quem somou de cabeça, alinhando os números, como acima escrito, é que sabe as dificuldades que encontrava, sobretudo quando o débito não era igual ao crédito. Ir à procura do erro... O que custava! Mas a vantagem das partidas dobradas é que o método permitia detetar os erros (embora nem todos). Hoje a máquina soma certo e à partida e garante que não há erros deste tipo.

Quanto à notação romana, imagine-se o leitor a fazer simples somas! Só com o abaco ou com o pano de xadrez (*Exchequer*, o nome do ministro das Finanças britânico vem daí) ou semelhante e moedas de conto, as quais só para contar serviam.

E mais adiante: “...*haz las cosas com cuenta y razón*” é dizer “*que hajas las cosas com atención y proporción, si falta ni superfluidad*” (pág. 312).

“*Los libros de cuentas deben ser llevados com limpieza y orden.*” (pág. 162).

E, a propósito, que livros se usavam? São referidos o “*borrador*”, “*libro de caja com su manual*”, o “*razón*”, o “*libro de posesiones del Hospital de Santa Marta*”. No seu primeiro ofício, o de administrador deste hospital, levou o nosso Juan Bautista este “*libro de posesiones*” à *Contaduría Mayor* (pág. 57) para a “*censura de cuentas*”. “*una vez al año se revisaban las cuentas ...*”. Um procedimento de auditoria, diríamos hoje. A conferência das somas e dos transportes das mesmas de folha para folha são outros procedimentos de auditoria, como foram as visitas em que verificou, surpreso, que o que rezava nos livros não correspondia à realidade. E nos leilões cheirou-lhe a cambão!

A Catedral era (é!) grande, dissemos acima. Assim: “*A Catedral tem 7 contadurías*”: (pág.57)

1. *Mayordomía del Cabildo;*
2. *Receptoría de la fábrica;*

3. *Receptoría de los Diezmos;*
4. *La sala y estrado de rentas;*
5. *La de gastos de fabrica;*
6. *Receptoría y caja de Subsidio y Excusado;*
7. *La Contaduría Mayor.*

“La fábrica de este gran templo administra cinquenta mil ducados de renta, de los que es administrador el Cabildo” (pág. 171). “Diezmos” (Dízimo ou décima) é inspirado no Antigo Testamento, vem do latim *decimus* ou *decem* (por ser a décima parte), virá do século VIII, por insuficiência das oblatas dos fiéis. A princípio era voluntário, mas tornou-se obrigatório, conforme as decretais papais do Século XI e estava espalhado pela Hespanha, conforme atestam as atas do concílio de Palência (1129).

“La Contaduría Mayor es como un tribunal Supremo de todas las contadurías en que 2 Contadores mayores presiden a ocho contadores que manejan los libros” (pág. 85).

Juan Bautista teve a honra de ser designado perito pelo *Consejo Real* para um pleito em que tinha que verificar o custo do sabão (um monopólio). Verificou com conhecimento os custos com as matérias-primas. Mas chamou a atenção para os “*costes generales*” que quis analisar detalhadamente. Não chegou a fazê-lo Porquê? No livro verá. Assim, vemos que, no livro, se tem as partidas dobradas em grande conceito. Nele se dá a estrutura geral, mas não o pormenor do lançamento.

5. Moedas e medidas mencionadas no livro

Das moedas e unidades de medida mencionadas no livro, tentamos de seguida dar algumas explicações, mas desde já alertamos para a sua variação, quer no tempo, quer no espaço espanhol.

Ducados e Morabitanos (*Maravedies*) começaram por ser “*unidades de cuenta*”, mas na primeira metade do século XVI já tinham sido cunhados.

- Um ducado equivalia a 375 *maravedis* e 1 real a 34 *maravedis*.
- O termo “ducado” vem da moeda veneziana de 1284. Por sua vez, o nome “*maravedi*” tem origem no árabe.
- A libra era uma unidade antiga de peso de Castela, dividida em 16 onças e equivalente a 460 g. (variável conforme a zona).
- A arroba era outra unidade de peso, equivalente a 11,502 kg.
- Já a vara era uma unidade de comprimento, equivalente a 0,8359 m
- “*Fanega*” era uma medida de capacidade para secos (grãos, leguminosas e outros frutos), equivalente a 55,5 l, que, segundo o padrão de Castela, tinha 12 *celemines* (equivale em Castela a 4,625 l aproximadamente) muito variável segundo as diversas regiões de Espanha.
- A “*fanega de tierra*” era uma medida agrária que, segundo o padrão de Castela, continha 576 *estadales* (Medida de comprimento que tinha quatro varas, equivalente a 3,334 m.) quadrados e equivale a 64,596 ares, mas varia segundo as regiões.

6. Conclusão

Ele há muitas teorias, aproximações, formas, abordagens à História da Contabilidade. Aqui temos mais uma: o romance histórico. Aliciante: a ler!